

A BIBLIOTECA PÚBLICA E SUA FUNÇÃO EDUCATIVA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Emir José Suaiden
Aurora Cuevas-Cerveró

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

<http://lattes.cnpq.br/5619979866984830>
cleide@cariri.ufc.br
Professora do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Emir José Suaiden

<http://lattes.cnpq.br/5651552109380543>
emir@unb.br
Professor Titular da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1 B. Doutor em Ciência da Informação pela Universidad Complutense de Madri. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

Aurora Cuevas-Cerveró

<http://lattes.cnpq.br/9152981469958239>
auro.cuevas@gmail.com
Professora e pesquisadora da Universidad Complutense de Madrid, Departamento Biblioteconomía e Documentación. Doutora em Documentación pela Universidad Carlos III de Madrid. Graduada em Filosofía y Ciencias de la Educación pela Universidad Complutense de Madrid.

RESUMO: A presente pesquisa traz um recorte da tese de doutorado em Ciência da Informação na Universidade de Brasília sobre a imagem da biblioteca pública na sociedade da informação, com uma análise a partir de sua função educativa. Apresenta a problemática da função educativa da biblioteca pública no Brasil, sobretudo, sobre os aspectos que envolvem questões de alfabetização informacional nesta instituição. O objetivo é discutir a preocupação mundial sobre a temática através de manifestos e declarações e conferir o estreitamento das relações entre a alfabetização informacional e a inclusão digital para as bibliotecas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca pública. Alfabetização informacional. Sociedade da Informação.

Submetido em: 15/09/2013

Publicado em: 16/12/2013

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a discutir as questões inerentes à alfabetização informacional na biblioteca pública, apresentar a preocupação sobre a temática em nível mundial pelos principais órgãos, como a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), através dos manifestos e declarações que traçam diretrizes e orientações e ainda analisar a relação entre a alfabetização informacional e a inclusão digital nas bibliotecas públicas.

A função educativa da biblioteca pública objetiva promover junto à comunidade usuária aspectos, meios, materiais e condições que facilitem a autoeducação e possibilidades de apropriação de conhecimentos. Esta função está em consonância com o Manifesto da UNESCO que assinala que a biblioteca pública deve apoiar as atividades e programas de alfabetização, destinadas a todos as pessoas de todos os grupos sociais ou idades (MANIFESTO..., 1994). É diretamente ligada às iniciativas de apoio e fortalecimento de projetos e programas de educação formal ou informal na biblioteca pública.

É possível afirmar que a função educativa desenvolvida pela biblioteca pública corresponde às atividades que subsidiarão e complementarão a educação formal e possibilitarão aos usuários a apropriação de conhecimentos. Esses aspectos estão ligados diretamente às questões de responsabilidade social da biblioteca pública, que por sua vez estão intrinsecamente relacionados com as questões de acesso à informação, direito à informação e possibilidades de apropriação de conhecimento, que poderá ocorrer a partir da posse da informação e sua significação e transferência de saberes que possam modificar ou transformar a vida dos cidadãos.

2 A FUNÇÃO EDUCATIVA DA BIBLIOTECA PÚBLICA

Em artigo que abordava as funções e objetivos da biblioteca pública, Andrade e Magalhães (1979, p. 50) reconhecem que a “biblioteca pública é uma instituição da maior importância”, entretanto, consideram que é impossível que a mesma realize uma gama de serviços que se pretendesse universal em todos os aspectos, como cultural, educacional, cívicos, de lazer e de pesquisa, por questões de limitação financeira e de infraestrutura. Porém, esta realidade muda com a inserção das tecnologias de informação que proporcionam à biblioteca pública assumir um novo papel na sociedade, que é estimulado pela introdução da internet, proporcionando a democratização do acesso, a amplitude dos serviços e o alcance da informação. Neste sentido, em consonância com o Manifesto da UNESCO de

1994, a Fundação Biblioteca Nacional, em sua publicação “Biblioteca Pública: princípios e diretrizes”, afirma que,

[...] torna-se evidente o papel da biblioteca pública no Brasil de hoje – como a mais democrática instituição de caráter cultural e educacional a qual, sem dúvida alguma, tem a vocação nata para exercer um papel social de grande relevância na inserção da sociedade brasileira na sociedade da informação (BIBLIOTECA..., 2000, p. 18).

Com a internet e as tecnologias da informação, de um modo geral as funções desempenhadas pela biblioteca pública ampliam-se para atender as demandas dessa nova sociedade da informação. Os aspectos relacionados ao acesso à informação e a evidencição da função social, cultural e educativa da biblioteca pública se faz presente em vários objetivos e missão, que por sua vez trazem em seu bojo ações de alfabetização informacional, entre outras. Neste sentido, a biblioteca pública assume a função de mediadora da informação e da aprendizagem e a competência informacional, assim como a tecnologia, se converte em elemento chave para o processo de aprendizagem informacional. Sobre isto Gómez-Hernández (2008, p. 59) constata que,

cremos firmemente na função da biblioteca como mediadora da aprendizagem durante toda a vida e em todos os níveis, como uma instituição que pode ajudar na transição entre a cultura impressa e a cultura eletrônica através da alfabetização informacional entre outros meios.

Em uma sociedade da informação, o acesso e o uso da informação é um fator preponderante no processo de globalização e desenvolvimento tanto econômico como social. Neste sentido, é necessário se ter um olhar crítico e reflexivo acerca dos aspectos que correspondem ao papel desempenhado pelas bibliotecas públicas e seu âmbito de atuação em uma sociedade que muda a cada dia.

Jaramillo e Montoya Rios e Uribe-Tirado (2008) afirmam que o trabalho da biblioteca pública na sociedade da informação traz variáveis externas, mistas e internas. As variáveis *externas* de que falam os autores estão relacionadas com os aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e educativos; as variáveis *mistas* abordam aspectos particulares de cada setor da biblioteca e as relações de cada um com o ciclo de transferência da informação; e as variáveis *internas*, que são próprias de cada organização, como a visão organizacional, os objetivos, a missão e as formas de avaliação.

A sociedade da informação no âmbito das bibliotecas públicas inclui iniciativas de alfabetização informacional, uso de

tecnologias de informação, acesso à informação no meio digital e internet. A partir dos pressupostos da sociedade da informação, esta tenderá a ser cada vez mais competitiva e a informação mediada pela biblioteca oportunizará a criação de riquezas e conseqüente qualidade de vida, combatendo a exclusão digital. Várias foram as iniciativas de consecução da sociedade da informação, que tem antecedentes históricos em 1933 com o economista Fritz Machlup, um dos primeiros a desenvolver o conceito (POLIZELLI; OZAKI, 2008). As conseqüências da inserção da sociedade da informação é a criação de um novo paradigma para a sociedade. Paradigma este, baseado na interatividade, conectividade e tecnologia, sobretudo.

Werthein (2000, p. 73) afirma que,

a flexibilidade que caracteriza a base do novo paradigma é, talvez, o elemento que mais fortemente fundamenta as especulações positivas da sociedade da informação. É ela que incorpora, na essência do paradigma, a ideia de “aprendizagem”. A capacidade de reconfiguração do sistema refere-se à maior disponibilidade para a incorporação da mudança. A noção de “aprendizagem” passa a ser empregada em vários níveis, sendo o organizacional sua aplicação de maior significado na reestruturação capitalista no novo paradigma.

Muitos países empreenderam ações que fortalecessem os aspectos relacionados à sociedade da informação, como por exemplo, os Estados Unidos que em 1991 cria como produto da Lei de Computação de Alto Desempenho a *National Information Infrastructure* (NII). A NII propunha políticas de acesso universal à informação com fundamento na igualdade de acesso a todos os indivíduos à internet, e políticas de serviço universal aos usuários oferecidos pelo governo. Este projeto teve grande repercussão para as bibliotecas, sobretudo, as bibliotecas públicas nos Estados Unidos e pressupunha

[...] um acesso igualitário à informação e o desenvolvimento de uma nova alfabetização. A missão das bibliotecas à luz do NII consistia em se constituir em depositária de informações primárias na sociedade democrática, facilitar o acesso à informação na internet e promover a formação e educação a fim de impulsionar uma nova alfabetização baseada na rede (FELICIE-SOTO, 2006, p. 100).

Conforme pode-se observar, muitas foram as iniciativas de implementação dessa sociedade da informação e sua inegável relação intrínseca com as tecnologias e os meios de conectividade e interatividade. E dentre todos os projetos de implementação de ações para a inserção da biblioteca pública, as atividades de educação e de formação de competências de

informação são prioridades para o desenvolvimento dessas instituições na sociedade da informação.

2.1 Sociedade da Informação e as competências informacionais em Bibliotecas Públicas

Compreende-se que a sociedade da informação representa mudanças profundas na organização da sociedade no que diz respeito às estruturas econômicas, políticas, educacionais e culturais, criando um novo paradigma global: o paradigma tecnológico. Este fenômeno transformador das atividades sociais afeta as relações sociais e o modo de circulação da informação, incluindo a infraestrutura de compartilhamento de informações. Neste contexto, têm-se as bibliotecas públicas, que por sua natureza deve, conforme afirma Suaiden (1995), se constituir em um centro convergente das aspirações da comunidade e procurar identificar-se com a mesma, a fim de resolver os problemas próprios dessa comunidade.

Na atual sociedade, marcada principalmente pela produção e demanda informacional, a biblioteca pública ocupa lugar de relevância por função social e embasada pelo reconhecimento da articulação de suas funções educativas e políticas. Neste sentido, a biblioteca pública e os bibliotecários têm desenvolvido, ao longo dos últimos trinta anos, um paradigma teórico para a Alfabetização Informacional (ALFIN) que fundamenta a prática dos profissionais que atuam em bibliotecas públicas, perante as transformações sociais, econômicas e tecnológicas (GÓMEZ-HERNÁNDEZ; PASADA-UREÑA, 2007).

Essas transformações exigem da biblioteca pública e do bibliotecário atitudes que permitam potencializar o usuário para o uso da informação. De acordo com Simeão et al (2011, p. 4), alfabetização informacional “é uma atividade de capacitação permanente e que se fundamenta na essência do trabalho bibliotecário”. Na biblioteca pública, por sua essência social e educativa e seu âmbito e alcance, os aspectos da alfabetização informacional encontram apoio no Manifesto da UNESCO de 1949 (SANTA MARÍA, 2007) que colocava a aprendizagem como um dos objetivos da biblioteca pública e o de 1994 que entende a biblioteca pública como “porta de acesso local ao conhecimento” e que “fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua”. (MANIFESTO..., 1994, p. 1).

É importante ressaltar que o termo *Information Literacy* foi usado pela primeira vez na década de 1970, nos EUA, para indicar habilidades necessárias à utilização das bases de dados eletrônicas comercializadas nos EUA desde 1960. Fato ocorrido quando Paul Zurkowsky apresentou à *National Commission on Libraries and Information Science* – agência do governo

americano encarregada da assessoria de organizações públicas e privadas para políticas de informação e bibliotecas em âmbito nacional – o relatório *The information service environment relationships and priorities*, defendendo a necessidade de preparar as pessoas para a utilização das bases de dados (DUDZIAK, 2003).

Campello (2006, p. 65) constata que a “apropriação do termo pela classe bibliotecária ocorreu na década de 1980, após a divulgação do relatório *A Nation at Risk: the Imperative for Educational Reform*”. Um diagnóstico da educação norte-americana elaborado em função da preocupação com a aprendizagem. Entretanto, o conceito, em sua concepção biblioteconômica, surgiu a partir de circunstâncias específicas da realidade nos Estados Unidos na construção do papel educativo das bibliotecas norte-americanas (CAMPELLO, 2006).

No Brasil, conforme Dudziak (2003, p. 28), “os precursores da *Information Literacy* estão entre aqueles bibliotecários que desenvolveram estudos relativos à educação de usuários”. Dudziak (2003, p. 29) define *information literacy* como,

[...] um processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência. É transdisciplinar, incorporando um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais; permeia qualquer fenômeno de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisões.

O termo teve vários usos e significados ao longo do tempo e tem relação com competências e habilidades. Neste sentido, Díaz-Sánchez (2008, p. 111) observa que “se relaciona com um conjunto de conhecimentos, destrezas, capacidades, saberes, habilidades, condutas, atitudes, ou seja, competências relacionadas com a informação” (tradução própria).

Assim, no âmbito da biblioteca pública, competência informacional, competência em informação, alfabetização em informação ou alfabetização informacional ou mesmo ALFIN é uma forma de conceber a interação da biblioteca com o usuário, capacitando-o para o manejo e uso da informação. Está diretamente ligada ao aprendizado ao longo da vida para a solução de problemas.

2.2 Alfabetização informacional: documentos fundamentais

A partir da Declaração de Copenhague, em 1999: *Algo para todos: as bibliotecas públicas e a sociedade da informação*, aprovada por 31 países europeus, as funções das bibliotecas públicas estão articuladas em quatro eixos: democracia e

cidadania; aprendizagem ao longo da vida; desenvolvimento econômico e social; e apoio e resgate da memória e diversidade cultural (DIAZ-SÁNCHEZ, 2008). Em 2003 com o Manifesto de Oeiras foi estabelecido um plano de ação para melhorar o papel das bibliotecas públicas, museus e arquivos (DIAZ-SÁNCHEZ, 2008). Ainda em 2003 é publicada a Declaração de Praga, resultado da Reunião de Especialistas sobre Alfabetização Informacional, organizada pela *U.S. National Commission on Library and Information Science* y el *National Forum on Information Literacy*, com o tema: Rumo a uma sociedade alfabetizada em informação (DECLARAÇÃO..., 2003).

Em 2005, com a Declaração de Alexandria, foi declarado que a alfabetização informacional e a aprendizagem ao longo da vida são os faróis da sociedade da informação (DECLARAÇÃO..., 2005). Mais tarde, em 2006, como resultado do Seminário de Trabalho em Toledo: Biblioteca, aprendizagem e cidadania, a alfabetização informacional surge a Declaração de Toledo (DECLARAÇÃO..., 2006) que estabelece pontos fundamentais para uma agência nacional para a promoção de alfabetização informacional, mediante a combinação de planejamento teórico e experiências práticas, cooperação entre centros de documentação, instituições e profissionais interessados na promoção de competências informacionais.

A Declaração de Lima, em 2009, propôs a realização de diagnósticos locais, regionais e nacionais sobre as atividades de alfabetização informacional; o desenvolvimento de programas com a participação de profissionais diversos; a inclusão dos conteúdos de alfabetização informacional nos programas educativos formais e informais, em todos os níveis e modalidades; o compartilhamento e difusão dos resultados e experiências; avaliar e compartilhar as iniciativas de ALFIN em âmbito mundial; entre outras (DECLARAÇÃO..., 2009).

Em 2010, na Venezuela, durante o X Colóquio Internacional sobre Tecnologias Aplicadas aos Serviços de Informação, é criado o Manifesto de Paramillo que conclui que a alfabetização informacional tem como principal propósito desenvolver nas pessoas habilidades para saber como, quando e onde localizar informações, como avaliar, utilizar e transmitir essas informações. A Declaração de Paramillo orienta que as bibliotecas são espaços sociais idôneos para facilitar e apoiar o desenvolvimento de habilidades informacionais no cidadão e que devem incluir em suas atividades diárias programas que contribuam para a alfabetização informacional dos usuarios; entre outros (MANIFESTO..., 2010).

Ainda em 2010 tem-se a Declaração de Múrcia sobre a ação social e educativa das bibliotecas públicas em tempos de crise, que dentre outros quesitos conclui que a biblioteca é um recurso

fundamental de inclusão e promoção social, incentivando o desenvolvimento de projetos de formação de competências básicas, capacitação e apoio à aprendizagem permanente. O documento aponta uma preocupação especial em atender as pessoas em estado de vulnerabilidade social, a fim de contribuir para a inclusão e minimizar as desigualdades sociais (DECLARAÇÃO..., 2010).

Durante o XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD), realizado em Maceió, Brasil, é produzida a Declaração de Maceió sobre Competência Informacional que, dentre outras coisas, afirma que as bibliotecas e outras instituições conclamam o fomento da melhoria da educação mediante a formação para o desenvolvimento profissional e humano e de atividades de promoção de leitura. Para tanto, devem estabelecer parcerias para viabilizar ações estratégicas e políticas públicas com o objetivo de contribuir para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida (DECLARAÇÃO..., 2011). A Declaração de Féz sobre mídia e alfabetização informacional, em 2011, reafirma o direito à informação e a convergência das tecnologias de informação para o desenvolvimento humano sustentável, o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida (DECLARAÇÃO..., 2011a).

Com a Declaração de Havana, em 2012, são estabelecidas 15 ações no sentido de reafirmar compromissos anteriores, dar início à ações práticas e concretas de trabalhos colaborativos e criação de redes com o objetivo de contribuir para o crescimento da competência informacional em diferentes países ibero-americanos (DECLARAÇÃO..., 2012). Em junho de 2012, durante a Conferência Internacional Alfabetização Midiática e Informacional na Sociedade do Conhecimento, cria-se o documento Declaração de Moscou sobre alfabetização informacional e midiática, uma preocupação especial sobre o crescimento da informação. O documento orienta o incremento de uma consciência pública sobre o significado e importância da alfabetização informacional e midiática entre os profissionais da informação e da educação, governo e público em geral, a fim de identificar os principais desafios e traçar políticas e estratégias que contribuam para a melhoria dessas questões em âmbito internacional (DECLARAÇÃO..., 2012a).

A alfabetização informacional no contexto das bibliotecas públicas ainda encontra alguns entraves quanto a sua aplicação de acordo com as necessidades gerais da sociedade. Entretanto, a sua importância é crescente, o que se reflete nos documentos, manifestos e declarações nos últimos anos.

3 ASPECTOS DE ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Gómez-Hernández e Pasadas-Ureña (2007) constataam que embora existam dificuldades para a efetivação dos aspectos de alfabetização informacional nas bibliotecas públicas, as tendências e desenvolvimentos sociais nos últimos anos estão incentivando a criação de um novo modelo de biblioteca pública, como centros de recursos de informação para a comunidade, com uma função crescente de inclusão social e coesão da comunidade. Os principais problemas apontados pelos autores é a falta de recursos humanos e financeiros e de equipamentos para cumprir as determinações dos documentos e manifestos; o desinteresse por parte das autoridades de uma consciência sobre a necessidade de uma gerência eficaz dos recursos destinados às atividades de aprendizagem; a ausência em muitos governos de programas de ALFIN; poucos exemplos de campanhas promovidas entre os bibliotecários, autoridades locais e os agentes sociais (GÓMEZ-HERNÁNDEZ; PASADAS-UREÑA, 2007).

Outro fator a respeito dos programas de ALFIN é que as ações são concebidas quase sempre para sanar algum problema existente, alguma necessidade das bibliotecas públicas e não para, em uma prospecção futura, atender as diretrizes de sua natureza social e educativa. As bibliotecas e, conseqüentemente, os bibliotecários têm uma responsabilidade social para com o seu público, a responsabilidade de garantir a este público o direito à informação. E a alfabetização informacional, neste contexto, é uma das principais contribuições da biblioteca pública na sociedade da informação.

A *Public Library Association*, uma divisão da American Library Association (ALA) descreve alguns serviços que as bibliotecas públicas devem oferecer e quatro desses tem como foco a aprendizagem informacional que são: aprendizagem básica, apoio ao ensino formal, aprendizagem permanente e alfabetização informacional (CAMPAL-GARCÍA, 2006). A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), em suas duas reuniões em Genebra em 2003 e na Tunísia em 2005, reconheceu, embora que brevemente, o papel das bibliotecas para a inclusão em vários níveis: como um ponto de acesso, como mediadores de conteúdo e prestadores de serviços em informação, como preservadores de informações e de acervos culturais, e como garantia de acesso livre e igualitário à informação. O plano de ação da CMSI chamava a atenção para a união entre as bibliotecas em um esforço conjunto e unificado para facilitar e promover o acesso livre e gratuito à informação em qualquer suporte e garantir a prestação de serviços relacionados à educação, desenvolvimentos de competências e aprendizagem para a vida. Este documento chamado de e-alfabetização também prescrevia ações para a capacitação dos

profissionais das bibliotecas, museus e arquivos (GÓMEZ-HERNÁNDEZ, 2008a).

A partir dos modelos internacionais de ALFIN e marcos conceituais, Pinto Molina e Uribe-Tirado (2012) concluem que as bibliotecas públicas são as instituições que deverão realizar um esforço maior no sentido de desenvolver e implantar programas de ALFIN e que isto implica, conseqüentemente, em um investimento. Na sociedade da informação uma das funções da biblioteca pública é apoiar e garantir a aprendizagem contínua, através de ações, projetos e programas que estimulem os usuários neste sentido, proporcionando o material e condições necessárias para fomentar a formação e aprendizagem dos usuários em informação.

4 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E O DESAFIO DA INCLUSÃO DIGITAL

A CMSI entende a sociedade da informação como um conceito em plena evolução em diferentes níveis e estágios de desenvolvimento no mundo. A IFLA, na Declaração sobre bibliotecas e liberdade intelectual, afirma que as bibliotecas devem proporcionar o acesso à informação, às ideias e às obras intelectuais de um modo geral, servindo como porta de acesso ao conhecimento, ao pensamento e à cultura e que proporcionem o apoio necessário e essencial à formação contínua (DECLARAÇÃO..., 1999). Partindo desta diretriz o objetivo da biblioteca pública na sociedade da informação é prover o acesso à informação em todo e qualquer suporte e a capacitação do usuário, a fim de obter a informação e o conhecimento e com isto possibilitar a aprendizagem informacional.

Uma aprendizagem que prepare o espírito crítico do usuário e o permita inserir-se no mundo informatizado, digital e global do conhecimento. O *National Forum on Information Literacy*, realizado em 1992, EUA, identificou dez características de uma pessoa alfabetizada informacionalmente, que são: reconhece a necessidade da informação; reconhece que a informação é a base para a tomada de decisões; formula perguntas baseadas na necessidade de informação; identifica fontes potenciais de informação; desenvolve estratégias de busca com êxito; acessa recursos de informação em base de dados e outras tecnologias; organiza a informação para uma aplicação prática; integra a nova informação ao conhecimento existente; e usa a informação para o pensamento crítico e solução de problemas (DOYLE, 1992 apud FELICIE SOTO, 2006, p. 90).

Mais de dez anos após a publicação de Cristina Doyle ainda se luta contra as desigualdades mundiais que afetam o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem em

informação. As complexidades e avanços da tecnologia alteram diariamente o cenário da aprendizagem informacional e as políticas públicas esbarram nas políticas locais, regionais ou nacionais que se constituem em entraves para as estratégias de um modelo democrático dentro do universo da informação.

A Declaração de Princípios da CMSI reconhece a importância da ciência para a sociedade da informação e que a educação, o conhecimento, a informação e a comunicação são essenciais para o progresso. Reconhece ainda a relevância das tecnologias de informação e comunicação para se alcançar níveis elevados de desenvolvimento (DECLARAÇÃO..., 2004). Em 1985, com o Manifesto de Caracas (MANIFESTO..., 1985), foram apontadas estratégias de desenvolvimento para as bibliotecas públicas na América Latina e Caribe e definido seu papel com o propósito de promover e formalizar aspectos de leitura e integração regional. As recomendações do Manifesto consistiam em analisar o diagnóstico das bibliotecas públicas da América Latina e Caribe a respeito dos serviços bibliotecários, estabelecer estratégias para uma conscientização do papel da biblioteca pública e formalizar parcerias a fim de estabelecer sistemas nacionais e estaduais de bibliotecas públicas, incorporar ações de estímulo à educação e à cultura, apoiar a qualificação dos profissionais envolvidos, dentre outros.

O Plano de Ação da CMSI tinha como objetivo construir uma sociedade da informação inclusiva, baseada principalmente no potencial das tecnologias de informação e comunicação para o conhecimento e desenvolvimento humano e social (PLAN..., 2003). Os desafios da sociedade da informação, tanto em nível nacional, regional ou internacional, eram avaliar o progresso no sentido de reduzir as desigualdades no acesso à informação e potencializar o uso da internet.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade da informação é baseada no acesso à informação para a educação e o conhecimento e, sendo assim, a conectividade ocupa lugar de destaque nesse processo. O que significa que para a construção de uma sociedade da informação, o acesso universal à informação é uma exigência completamente inegável e que nos remete para o problema da infraestrutura para uma sociedade da informação.

Para a UNESCO, o papel da internet nesse processo é de suma importância e é um

[...] potencial para reforçar uma reforma educacional devido à sua flexibilidade e possibilidades de interação. Ela é particularmente relevante para aumentar a participação do estudante no processo educacional e

para promover um aprendizado contínuo como, por exemplo, através da educação a distância. O uso de ferramentas da Internet pode também acentuar a ampliação da educação através da equalização das oportunidades educacionais, oferecendo alternativas para a educação tradicional/formal e possibilitando o desenvolvimento de novas facilidades para o aprendizado de cunho comunitário (CYRANEK, 2000, p.133).

O que reforça, no caso das bibliotecas públicas, seu papel educativo e o significativo uso das tecnologias da informação. Diante disso, os desafios para a biblioteca pública são ainda maiores. Entretanto, o desenvolvimento tecnológico também acentua as desigualdades no contexto da sociedade da informação. Essas questões tomam dimensões ainda maiores por fatores relacionados ao desenvolvimento econômico, político, educacional e cultural de cada país.

E a biblioteca pública neste cenário dribla dificuldades com criatividade, atitude proativa e dinamismo profissional para cumprir as determinações dos diversos documentos oficiais e contribuir efetivamente para uma sociedade da informação.

THE PUBLIC LIBRARY AND ITS EDUCATIONAL FUNCTION IN THE INFORMATION SOCIETY

ABSTRACT: This research brings a clipping of the doctoral thesis in Information Science at the University of Brasilia on the image of the public library in the information society, with an analysis from its educational function. It presents the problem of the educational role of the public library in Brazil, particularly on aspects that involve issues of information literacy in this institution. The aim is to discuss the global concern about the issue through manifestos and declarations and check how close is the relationship between information literacy and digital inclusion for public libraries.

KEYWORDS: Public library. Informational literacy. Information Society.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte: v. 8, n. 1, p. 48-59, mar., 1979. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?ddo=16059>. Acesso em: 19 out. 2012.

BIBLIOTECA PÚBLICA: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/ArquivoFinal28_o8.pdf>. Acesso em: 29. nov. 2013.

CAMPAL-GARCÍA, Maria Felicidad. Bibliotecas públicas: escenarios para el aprendizaje. In: CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 3, 2006, Múrcia. **Anais eletrônicos...** Múrcia: MCU, 2006. Disponível em: <http://travesia.mcu.es/portalnb/jspui/bitstream/10421/604/1/com_30.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 63-77, dez., 2006. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/18>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

CYRANEK, Gunther. A visão da Unesco para a sociedade da informação. In: CONFERÊNCIA DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO, 1, 2000, África do Sul. **Anais...** África do Sul: IFIP, 2000. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO3_N1_PDF/ip0301cyranek.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DECLARAÇÃO da IFLA sobre as bibliotecas e a liberdade intelectual, 1999. Disponível em: <http://ifla.queenslibrary.org/faife/policy/iflastat/iflastat_pt.htm>. Acesso em: 14 nov. 2012.

DECLARAÇÃO de Princípios. Construir la sociedad de la información: un desafío global para el nuevo milenio, 2004. Disponível em: <<http://www.oei.es/revistactsi/numero6/documentos01.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

DECLARAÇÃO de Alexandria sobre alfabetização informacional e a aprendizagem ao longo da vida: Faróis para a Sociedade da Informação, 2005. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-es.html>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DECLARAÇÃO de Praga: Rumo a uma sociedade alfabetizada em informação, 2003. Disponível em: <http://sol-e.com/plec/archivos/Docs_Bibliografias/Declaraci_Praga_castellano.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DECLARAÇÃO de Toledo sobre alfabetização informacional: Bibliotecas pela aprendizagem permanente, 2006. Disponível em: <<http://www.webcitation.org/5NrAiGhSS>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DECLARAÇÃO de Lima, oficina de alfabetização informacional: formação de formadores, 2009. Disponível em: <<http://taller.pucp.edu.pe/alfabetizacion/#declaracion>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DECLARAÇÃO de Múrcia sobre a ação social e educativa das bibliotecas públicas em tempos de crise, 2010. Disponível em: <<http://www.alfared.org/blog/informacion-general/766>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DECLARAÇÃO de Maceió sobre competência em informação, 2011. Disponível em: <<http://www.alfared.org/sites/www.alfared.org/files/DECLARAC3%87%C3%83O%20DE%20MACEI%3%93%20SOBRE%20AS%20COMPET%3%8ANCIAS%20EM%20INFORMA%3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DECLARAÇÃO de Féz sobre Mídia e Alfabetização Informacional, 2011a. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/Fez%20Declaration.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DECLARAÇÃO de Havana 15 ações de Competência em Informação, 2012. Disponível em: <<https://docs.google.com/a/cariri.ufc.br/file/d/OBweUYcipCs wRSmI1ZFkyUDVqTjA/edit?pli=1>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DECLARAÇÃO de Moscou sobre Alfabetização Informacional e Midiática, 2012a. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/In_Focus/moscow_declaration_mil_es.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DÍAZ SÁNCHEZ, Marley. Las competencias desde la perspectiva informacional: apuntes introductorios a nivel terminológico y conceptual, escenarios e iniciativas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.37, n.1. p.107-120, jan./abr., 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/935>>. Acesso em: 13 out. 2012.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1. p.23-35, jan./abr., 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123/104>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

FELICIÉ SOTO, Ada Myriam. **Biblioteca pública, sociedade de la información y brecha digital**. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, Jose Antonio. La función educativa de bibliotecas y bibliotecarios en el contexto de las tecnologías participativas de la web social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n.1, p. 51-71, jun./jul., 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2666>>. Acesso em: 17 out. 2012.

_____. La acción social de las bibliotecas: alfabetización e inclusión como servicio bibliotecario. In: GÓMEZ-HERNÁNDEZ, Jose Antonio; CALDERÓN REHEDO, Antonio; MAGÁN WALS, Jose Antonio. (Coords.). **Brecha digital y nuevas alfabetizaciones: el papel de las bibliotecas**. Madrid: Biblioteca de la Universidad Complutense de Madrid, 2008a. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/8224/3/Brecha_digital_y_nuevas_alfabetizaciones.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____; PASADAS-UREÑA, Cristóbal. La alfabetización informacional en bibliotecas públicas: situación actual y propuestas para una agenda de desarrollo. **Information Research**, v. 12, n. 3, april, 2007. Disponível em: <<http://informationr.net/ir/12-3/paper316.html#decopenhague99>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RIOS, Mônica; URIBE TIRADO, Alejandro. **La biblioteca pública y su gestión: en el contexto de la sociedade de la información**. Buenos Aires: Alfagrama, 2008.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 7 set. 2012.

MANIFESTO de Caracas sobre biblioteca pública. 1985. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/manifastos/manifesto-de-caracas-sobre-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 15 maio. 2013.

MANIFESTO de Paramillo. 2010. Disponível em: <<https://docs.google.com/a/cariri.ufc.br/file/d/OB8nzryP1iqFl>>

MGQ3N2I5YmYtNDYwNiooMjdjLWFmMjEtOWNiZmU2ZGQoOGMz/edit?hl=en_US>. Acesso em: 13 nov. 2012.

PINTO-MOLINA, Maria; URIBE-TIRADO, Alejandro. Las bibliotecas híbridas en el marco de la alfabetización informacional. **Revista Española de Documentación Científica**, n. monográfico, 2012. Disponível em: <<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/747/828>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

PLAN de acción de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información, 2003. Disponível em: <http://www.itu.int/wsis/documents/listing.asp?lang=en&c_event=pc|3&c_type=0>. Acesso em: 14 nov. 2012.

POLIZELLI, Dermeval Luiz; OZAKI, Adalton M. (Org.). **Sociedade da informação: os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SANTA MARIA, Gloria María Rodríguez. **La biblioteca pública: análisis a manifiestos y directrices**. Colômbia: Comfenaldo Antioquia, 2007.

SIMEÃO, Elmira. et al. Projeto ALFINBRASIL: modelo piloto para a promoção de competências em informação nas oficinas de capacitação dos usuários da Biblioteca Nacional de Brasília. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2011, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió: FEBAB, 2011. Disponível em: <<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/520>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago., 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2013.